

# Superior Tribunal de Justiça

## AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.337.546 - SP (2018/0188724-5)

**RELATORA** : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
**AGRAVANTE** : A DE N P - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : H A DE N P - INVENTARIANTE  
**ADVOGADO** : JOSÉ SANCHES E OUTRO(S) - SP093516  
**AGRAVADO** : I U DA S - ESPÓLIO  
**AGRAVADO** : M U - ESPÓLIO  
**REPR. POR** : S R DA S - INVENTARIANTE  
**ADVOGADOS** : FÁBIO RODRIGUES GOULART - SP147688  
ESTEPHANO DE SOUZA ALBERTI E OUTRO(S) - SP125872  
**AGRAVADO** : B DE L F  
**AGRAVADO** : T P F U  
**ADVOGADO** : WILIAN OLIVEIRA ROCHA E OUTRO(S) - SP319161  
**INTERES.** : J U - ESPÓLIO

### DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO. RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL *POST MORTEM*. RECURSO DA AUTORA — Não conhecido. Direito intertemporal - Incidência do CPC/73. Extemporaneidade — O recurso foi interposto antes da publicação da decisão que julgou os embargos de declaração — É intempestiva a interposição antes do início do prazo recursal — Inteligência dos §§ 3º e 4º do artigo 4º da Lei nº 11.419/2006. Aplicação, por analogia, da Súmula 418, do STJ (vigente à época) — Jurisprudência pacífica dos Tribunais Superiores. RECURSO DOS RÉUS — Preliminar de julgamento extra petita não acolhida — Aplicação da teoria da substanciação. Sentença mantida por seus próprios fundamentos — Aplicação do artigo 252, do regimento interno deste Tribunal. Apelo improvido.

Nas razões de recurso especial, alega a parte agravante violação dos artigos 56, 59, 61, 462, 468, 473, 474 do Código de Processo Civil de 1973; 489, 682, 683, 684, 685, 686 do Código de Processo Civil de 2015. Sustenta que a oposição e a ação principal deveriam ter sido julgadas simultaneamente o que, não tendo ocorrido, implica nulidade processual.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

# *Superior Tribunal de Justiça*

A matéria deduzida no recurso especial não foi objeto de consideração e debate pelo acórdão recorrido, nem foram opostos embargos de declaração a fim de suscitar discussão sobre o tema.

Ausente o prequestionamento, é inviável o recurso especial, aplicando-se ao caso as Súmulas 282 e 356 do STF.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

